



Comunicado à Imprensa

Perfil do Aluno à saída da Escolaridade Obrigatória

Depois de muito procurar, o que não se compreende, um documento que se encontra em Consulta Pública deveria estar disponível, de forma acessível e visível, a todos os interessados em contribuir com a sua opinião no sítio do Ministério da Educação, lemos com bastante expectativa o documento em epígrafe, tanto mais que queremos participar na discussão do mesmo.

O documento está cheio de boas intenções e deixa-nos, enquanto Pais e Encarregados de Educação, cheios de esperança num futuro mais risonho para a Escola dos nossos Filhos. No entanto, da leitura do mesmo, surgiu-nos uma questão principal e muito importante: Como vai ser conseguida a aplicação dos objectivos apresentados?

Pensamos ser uma questão muito importante e que não pode ser encarada com leviandade e de forma apressada.

A velocidade a que vai saindo informação sobre as alterações que se vão realizar no próximo Ano Lectivo é assustadora, faz lembrar o anterior Ministro, não permitindo uma reflexão sobre o assunto, nem a tomada de posição ou a participação com contributos que poderiam ser uma mais-valia.

Estão a ser cometidos os mesmos erros do passado, por um lado não tornando acessíveis as alterações propostas, sendo necessário verdadeiros dotes de investigador para se conseguir chegar aos documentos, e não permitindo uma verdadeira discussão sobre as mesmas. Por outro, não se procurando um verdadeiro consenso sobre as propostas, que passaria, como a FERLAP vem solicitando há anos, por um Pacto Político para a Educação em que a participação da Comunidade Educativa seria de extrema importância.

Por último, o erro cometido por todos os Governos do pós 25 de Abril de 1974, a aplicação de alterações curriculares sem a devida preparações e formação de todos os envolvidos na sua aplicação. É preferível perder-se um ano do que aplicarem-se medidas que, por muito boas que possam ser, poderão ser mais prejudiciais do que benéficas para os principais interessados, os Alunos, por os aplicadores, Professores e outros Técnicos, das medidas não



terem recebido as formações necessárias para as poderem aplicar eficazmente. Nunca nos podemos esquecer que aqueles, não são Super-Homens nem Super-Mulheres, são Seres Humanos que necessitam de tempo e formação para se adaptarem às novas realidades.

Por tudo isto, pedimos ao Senhor Ministro calma na aplicação do que pode vir a ser uma mais-valia para a Educação em Portugal. Calma para que haja uma verdadeira discussão sobre o perfil e o currículo do Aluno durante o Ensino Obrigatório. Calma para que se possa chegar a um Pacto Político para a Educação, a pelo menos vinte anos. Calma para que possa haver a formação adequada para quem vai aplicar as alterações. Calma para apetrechar as Escolas com os meios necessários para que os mais desfavorecidos se encontrem em situação de equidade com todos os outros. Calma para que, uma vez que segundo as Editoras, parece que os Manuais Escolares não dão lucro, possa ser estudada a possibilidade de os novos Manuais Escolares, que vão obviamente ser necessários, passem a ser criados e impressos pela Editora do Ministério da Educação. Por fim, calma para que as alterações conduzam a uma melhoria efectiva do Sistema Educativo em Portugal e não apenas a mais uma reforma que ninguém entendeu para que serviu, a não ser para “obrigar” as Editoras a criar novos Manuais Escolares.

É importante que se discuta, é importante que se chegue a um compromisso que permita que o Sistema Educativo português contribua efectivamente para um futuro mais risonho, para o FUTURO do nosso País, os nossos filhos.

Isidoro Roque

Presidente CE